



Ouvidoria

Câmara Municipal de São Paulo

Relatório Mensal Dezembro de 2017 Balanço Anual



**Acesso à
Informação**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Mesa Diretora

Milton Leite

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Eduardo Tuma

1º Vice-Presidente

Edir Sales

2º Vice-Presidente

Arselino Tatto

1º Secretário

Celso Jatene

2º Secretário

Gilberto Nascimento

1º Suplente

Ota

2º Suplente

Souza Santos

Corregedor Geral

Equipe da Ouvidoria

Flávia Benedictini Sanches

Ouvidora do Parlamento

David Santos

Ouvidor Adjunto do Parlamento

Equipe Técnica

Eliete Andreoli Padovani

Fátima Fungaro

Rubens de Sousa Veiga

Vânia Gatti Miguel

Wilson Roberto Santos

Wilson Roberto Thomazini

Estagiários

Alan Gabriel Teixeira (Gestão de Políticas Públicas)

Caroline Alves Trindade (Serviço Social)

Cíntia Kelly Sena da Silva (Psicologia)

Cristiane Teixeira dos Santos de Jesus (Direito)

Fernanda da Silva Santos (Jornalismo)

Jéssica Pereira dos Santos (Direito)

Jessica Barbagallo Camara (Serviço Social)

Jhonny Grilo Pereira de Oliveira (Direito)

Juliana Aparecida Bispo Inácio (Psicologia)

Lucas Brito dos Santos (Direito)

Maiara Santos de Oliveira (Serviço Social)

Mayara de Oliveira Brito (Jornalismo)

Vivian Ramalho de Alcantara (Psicologia)

Sumário

Apresentação.....	1
Apresentação de Dados	2
Manifestações do Mês	5
Manifestações Pendentes	6
Balanço Anual de 2017 - LAI	9
Comparativo com Demais Anos	14
Lei de Acesso a Informação (LAI).....	16
Transparência Pública	18
Ouvidoria do Parlamento e a LAI.....	19
Modalidades de Atendimento	20
Canais de Atendimento da Ouvidoria	22

Apresentação

O presente relatório é o resultado das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Parlamento no que tange ao cumprimento da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). É norteado pelo princípio da publicidade garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Busca também cumprir os requisitos do Programa de Dados Abertos instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da Câmara Municipal de São Paulo e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora Nº 1.231/13.

Por meio da Ouvidoria Parlamentar e em conformidade com o Ato da Mesa Diretora Nº 1231/13, a Câmara Municipal de São Paulo **PUBLICA O RELATÓRIO MENSAL DE DEZEMBRO DE 2017**, o qual disponibiliza informações relativas às tratativas das demandas do mês citado, recepcionadas no Sistema de Informação ao Cidadão e no Sistema de Atendimento da própria Ouvidoria Parlamentar.

A Ouvidoria é, assim, a porta de entrada para as solicitações relativas à LAI, assumindo também o gerenciamento dessas demandas e as tratativas no seu fluxo de atendimento. Para tanto busca criar ferramentas que possam dar maior agilidade ao atendimento das demandas que chegam ao Parlamento. A ferramenta para solicitar informações está no Portal da CMSP. Por este Portal o cidadão pode tirar suas dúvidas sobre a implementação da LAI no Poder Legislativo, assim como requisitar dados.

Apresentação de Dados

No período de **Dezembro** de 2017, compreendido entre 01/12/2017 e 31/12/2017, foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo o total de **9 (NOVE)** demandas relacionadas à **Lei de Acesso à Informação**. No mês de DEZEMBRO não houve solicitação passível de **CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA**, em conformidade com o artigo 23 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato da Mesa Diretora nº 1.231/2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

O gráfico abaixo demonstra que as solicitações LAI foram realizadas predominantemente por homens, sendo 89% para homens e 11% para mulheres.

Gráfico 1 – Gênero dos Manifestantes

Nos canais de atendimento da Ouvidoria para manifestações LAI constata-se uma preferência constante pelo Formulário Portal, que corresponde a 6 das 9 solicitações ou 67%.

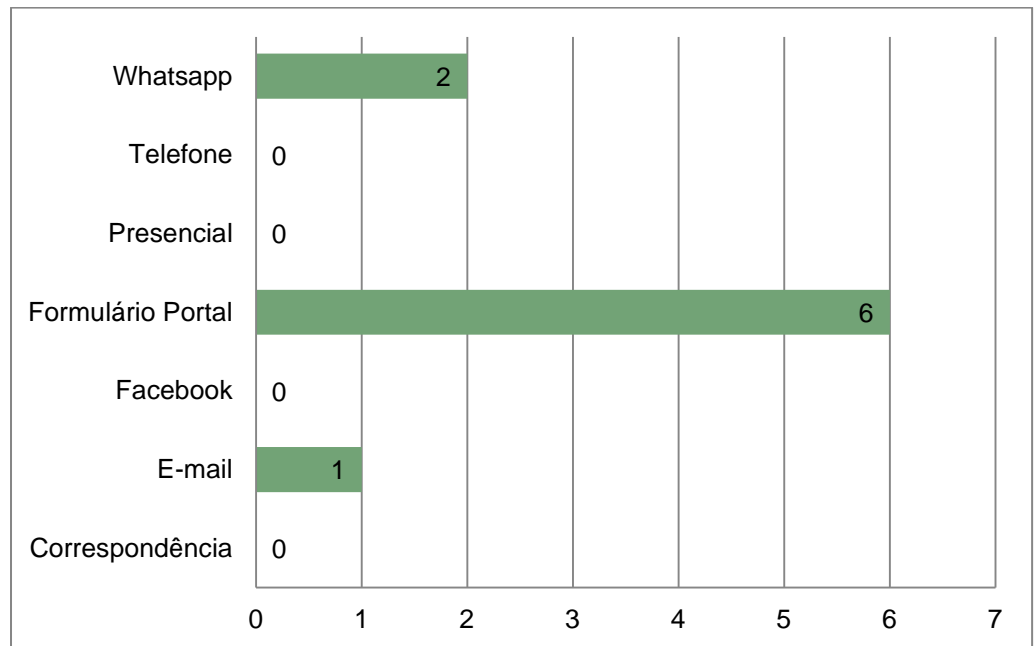


Gráfico 2 – Canais de Atendimento da LAI

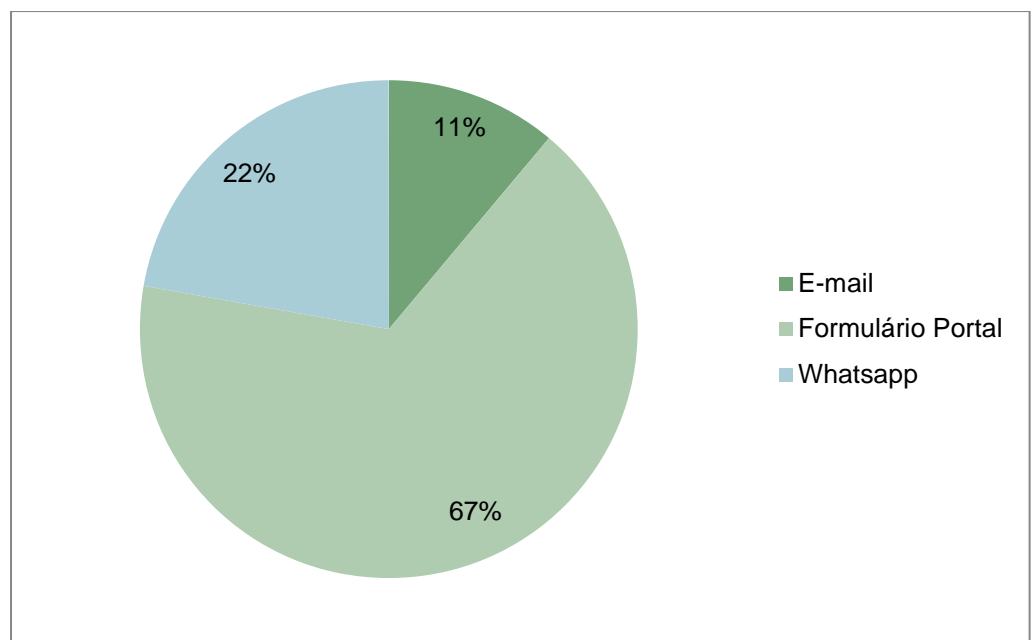


Gráfico 3 – Canais de Atendimento da LAI

As manifestações LAI contemplam uma ampla diversidade de assuntos. Os destaques para dezembro são os assuntos relacionados a funcionários da CMSP que representam 34% das solicitações.

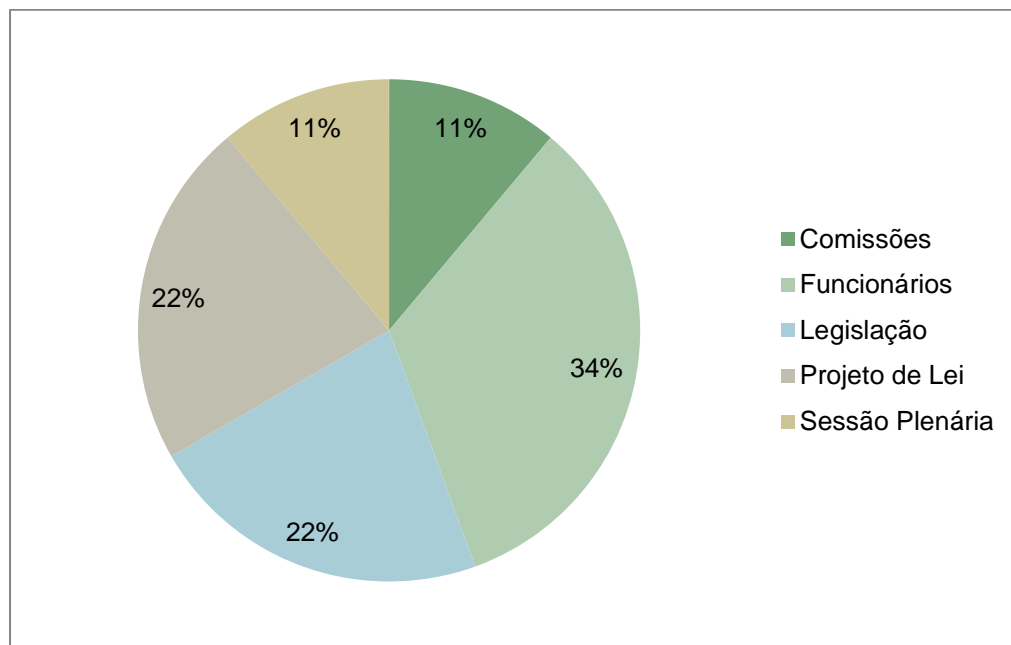


Gráfico 4 - Assuntos das Manifestações

Manifestações do Mês

Em DEZEMBRO registrou-se as seguintes manifestações em conformidade com a LAI:

- Solicitação de informações sobre os salários dos funcionários da CMSP;
- Solicitação de informações sobre o Decreto Municipal nº 55.895/2015;
- Solicitação de informações sobre o voto de cada vereador na CPI do Hospital Ouro Verde;
- Solicitação de informações sobre a sessão que aprovou a Lei Nº 11.732/1995;
- Duas solicitações de acesso à lista de funcionários da CMSP e seus respectivos números de matrícula;
- Solicitação de informações sobre os autores do PL nº 81/2017;
- Solicitação de informações sobre a ementa de licitação da Frente Parlamentar da CMSP;
- Solicitação de informações sobre a tramitação do PL nº 115/2015.

Manifestações Pendentes

A LAI estabelece 20 dias como prazo, tendo ainda mais 10 prorrogáveis, para o atendimento das solicitações dos cidadãos, prazo que a Ouvidoria em parceria com os demais setores da Casa, busca cumprir rigorosamente. As **3 (TRÊS)** demandas pendentes de **DEZEMBRO**, assim como, as remanescentes dos meses anteriores, estão em análise dos setores competentes.

Protocolo	Assunto	Data	Data de Encaminhamento	Período em Aberto
18053	Salários	08/02/17	08/02/17 15/03/17 REENVIO 12/04/17 REENVIO 28/04/17 REENVIO 15/05/17 REENVIO 29/05/17 REENVIO 29/06/17 REENVIO 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	311 dias
21365	Vereadores	07/06/17	07/06/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	192 dias
22103	Estagiários	05/07/17	10/07/17 31/08 RECURSO 28/11/17 REENVIO	109 dias
22575	Salários	20/07/17	20/07/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	149 dias
23621	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	109 dias
23623	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	109 dias
23624	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	109 dias

23627	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23628	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23629	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23631	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23632	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23633	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23634	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23635	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	108 dias
23889	Legislação	11/09/17	11/09/17 06/11/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	98 dias
24420	Arquitetura	28/09/17	28/09/17 28/11/17 REENVIO	81 dias
24669	Projeto de Lei	06/10/17	09/10/17 06/11/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	70 dias
25320	Informação	07/11/17	09/11/17 28/11/17 REENVIO	40 dias
25342	Salários	07/11/17	08/11/17 28/11/17 REENVIO 14/12/17 REENVIO	41 dias
25423	Aposentadoria	10/11/17	13/11/17	36 dias
25523	Gravação	14/11/17	21/11/17	28 dias
25556	Salários	16/11/17	21/11/17	28 dias
25632	Transparência	21/11/17	22/11/17	27 dias
25775	Salários	24/11/17	27/11/17	22 dias

25894	Transparência	28/11/17	28/11/17	21 dias
25967	Legislação	29/11/17	01/12/17	18 dias
26196	Salários	07/12/17	07/12/17	12 dias
26236	CPI	08/12/17	08/12/17	11 dias
26307	Funcionários	12/12/17	13/12/17	6 dias

Tabela 1 – Protocolos Pendentes até 19 de Dezembro de 2017

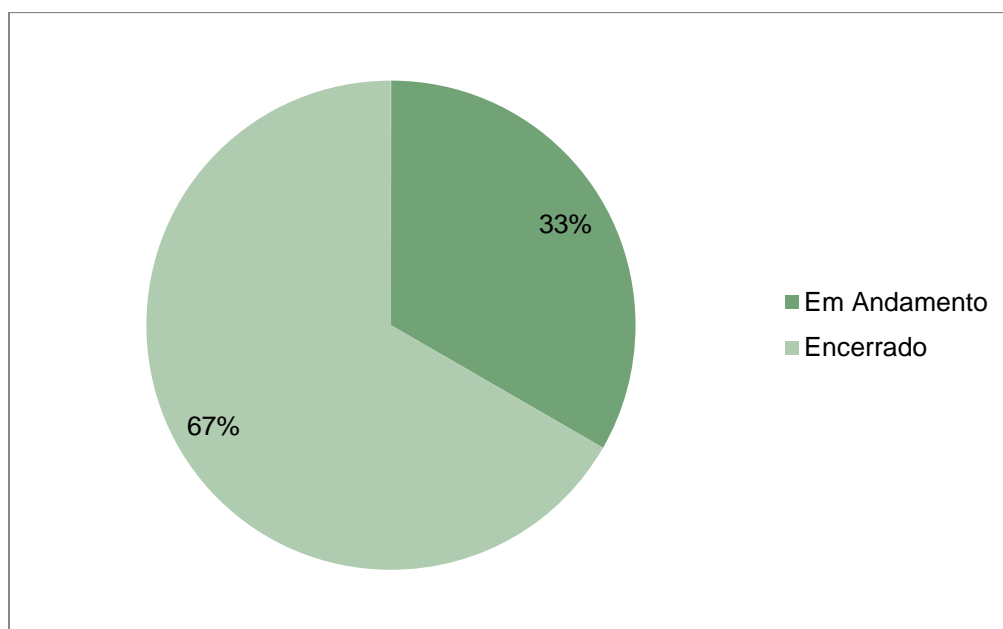


Gráfico 5 – Situação dos Protocolos de Dezembro

Flávia Benedictini Sanches
Ouvidora do Parlamento
São Paulo, 08 de janeiro de 2018

Balço Anual de 2017 - LAI

No ano de 2017, a Ouvidoria do Parlamento registrou **166** protocolos condizentes com o que estabelece a Lei de Acesso à Informação. No mesmo ano, houve duas solicitações passíveis de CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato nº 1.211/2013 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo e as demais integralmente atendidas. Tais solicitações caracterizaram-se como restritas ao classificarem-se, conforme anexo do ATO nº 1211/13, em documentos arquitetônicos estruturais (plantas, cortes, vistas, detalhes construtivos etc.), de instalações elétricas e de instalações hidráulicas do Palácio Anchieta.

Pode-se depreender que o ano de 2017 teve um maior número de solicitações relacionadas à LAI no mês de Agosto - com 30 manifestações. Os meses com menor número de demandas foram os de Fevereiro e Dezembro.

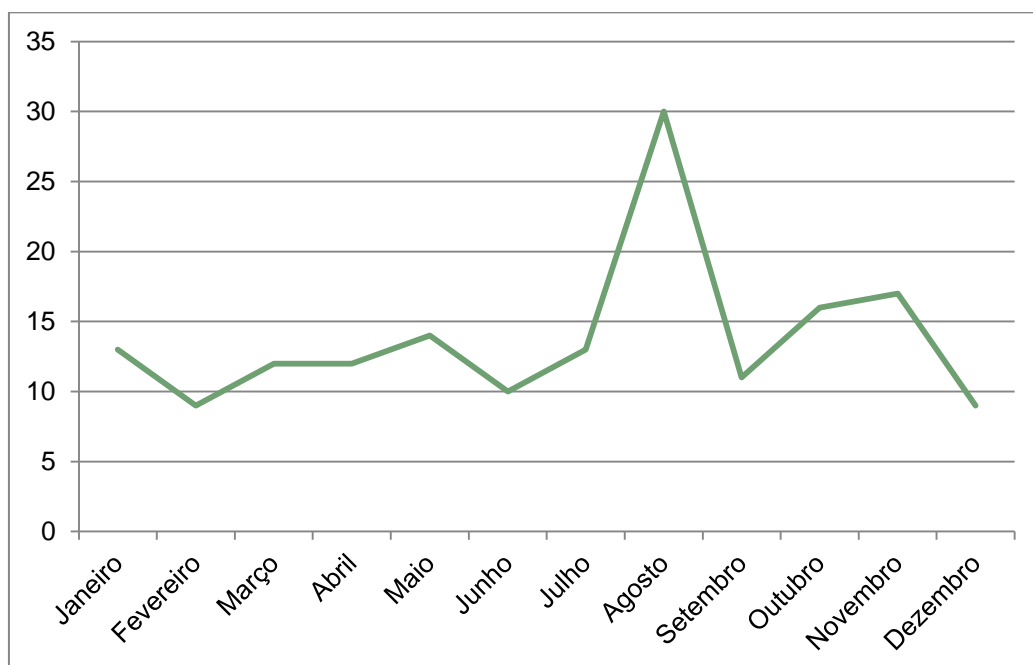


Gráfico 6 – Quantidade de Solicitações ao Longo de 2017

Mês	Qtd.
Janeiro	13
Fevereiro	9
Março	12
Abril	12
Maio	14
Junho	10
Julho	13
Agosto	30
Setembro	11
Outubro	16
Novembro	17
Dezembro	9

Tabela 2 – Quantidade de Solicitações ao Longo de 2017

O gráfico abaixo demonstra que as solicitações LAI de 2017 foram realizadas predominantemente por homens, sendo 61% para homens e 37% para mulheres. Os 2% restantes são de anônimos ou instituições.

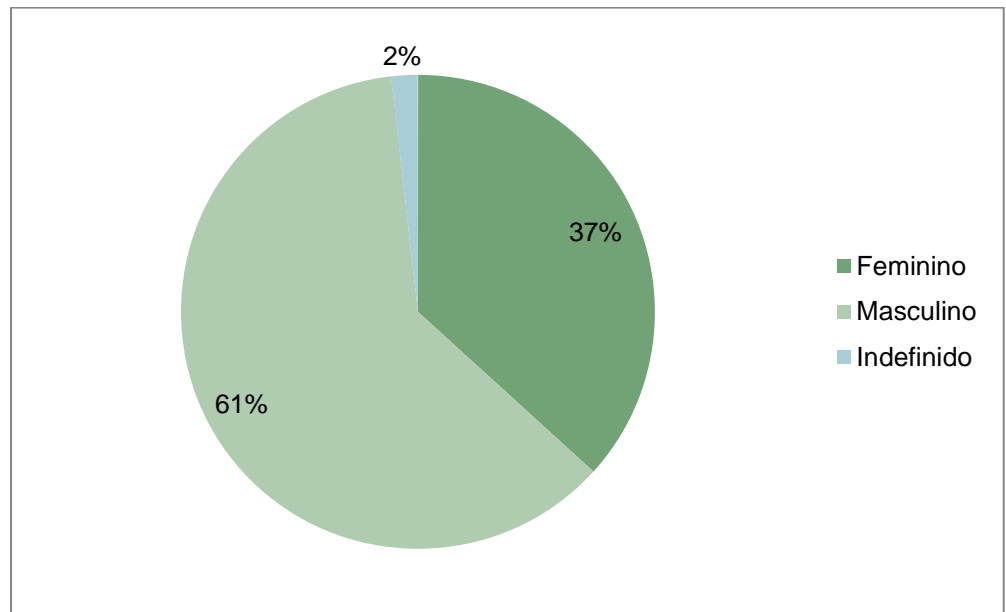


Gráfico 7 – Gênero dos Manifestantes de 2017

Nos canais de atendimento da Ouvidoria para manifestações LAI constata-se uma preferência constante pelo Formulário Portal, que corresponde a 118 das 166 solicitações ou 71%.

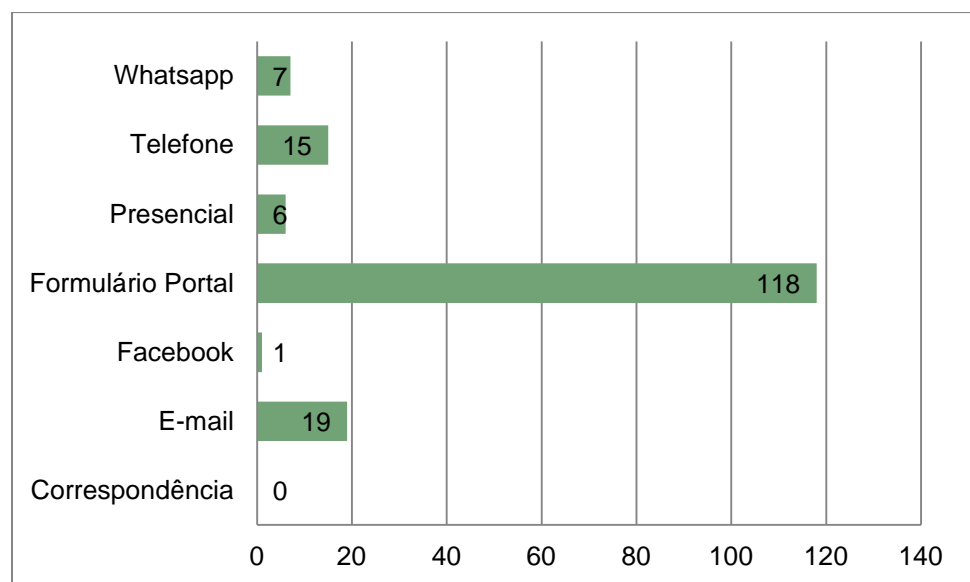


Gráfico 8 – Canais de Atendimento de 2017

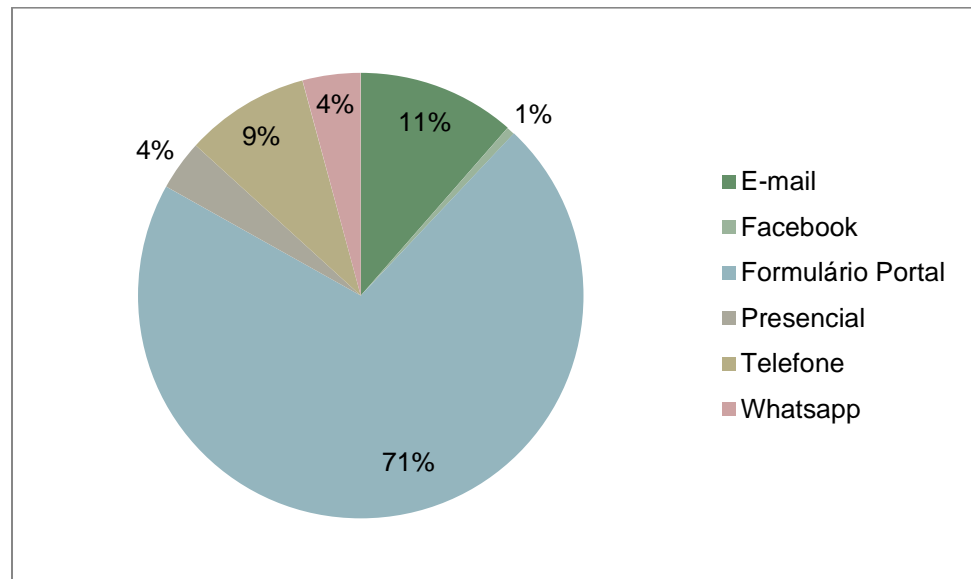


Gráfico 9 – Canais de Atendimento de 2017

As manifestações LAI contemplam uma ampla diversidade de assuntos. Durante 2017 os assuntos relacionados à Legislação foram os mais solicitados.

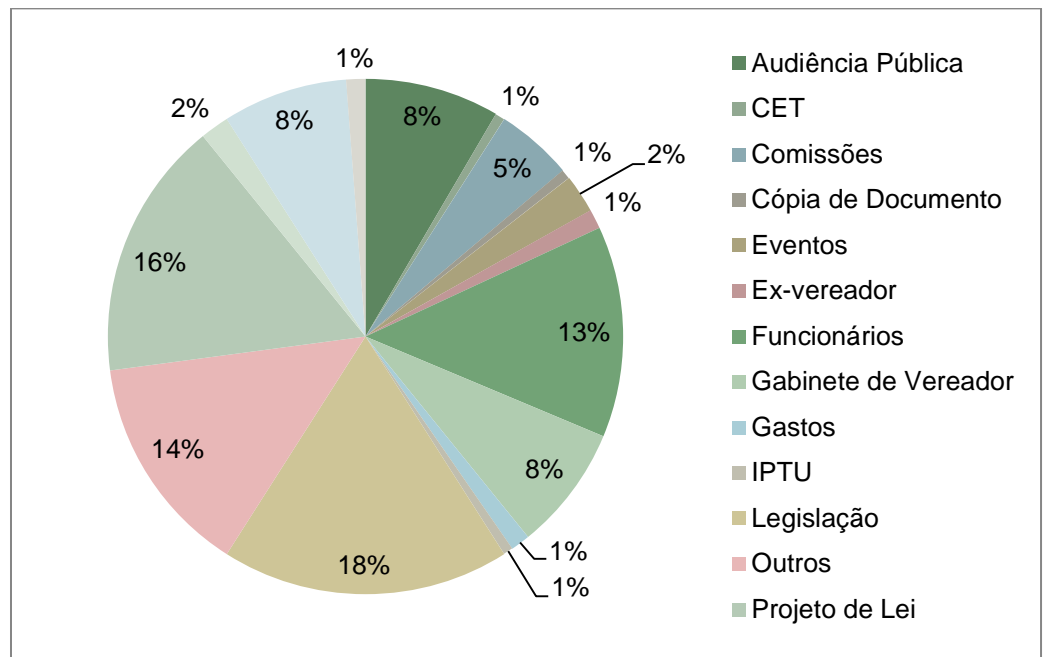


Gráfico 10 – Assuntos das Manifestações de 2017

O gráfico abaixo representa a classificação da demanda LAI. As Atividades Legislativas representam 51% e estão relacionadas à Legislação, Projeto de Lei, Comissões Parlamentares, Audiências Públicas e outros. Já as Atividades Administrativas foram relacionadas em 49% das manifestações e são de Gastos, Folha de Pagamento, Controle de Pessoal e outros.

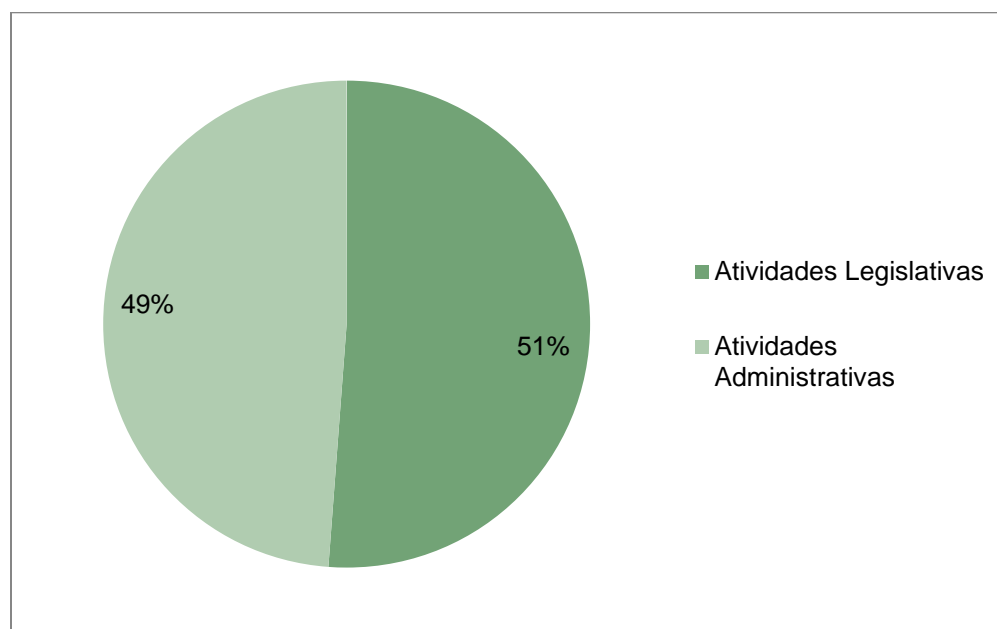


Gráfico 11 – Competências das Manifestações de 2017

Comparativo com Demais Anos

Através da compilação de dados é possível fazer um comparativo entre os anos de atividade da Ouvidoria, período compreendido entre 2013 e 2017.

O ano de 2017 foi o com maior número de solicitações relacionadas à LAI. Foram 166 demandas em 2017 enquanto a de menor número foi em 2015 com 59 manifestações. Na contagem mês a mês, 2017 também possui o maior número de protocolos na maioria das vezes.

Mês	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	7	5	5	6	13
Fevereiro	7	8	3	6	9
Março	14	8	4	11	12
Abril	5	8	2	5	12
Maiο	12	7	5	7	14
Junho	6	7	14	24	10
Julho	18	6	10	13	13
Agosto	6	8	2	14	30
Setembro	7	6	3	11	11
Outubro	12	6	3	5	16
Novembro	9	9	5	5	17
Dezembro	3	6	3	6	9
Total	106	84	59	113	166

Tabela 3 – Quantidade de Manifestações Mês a Mês

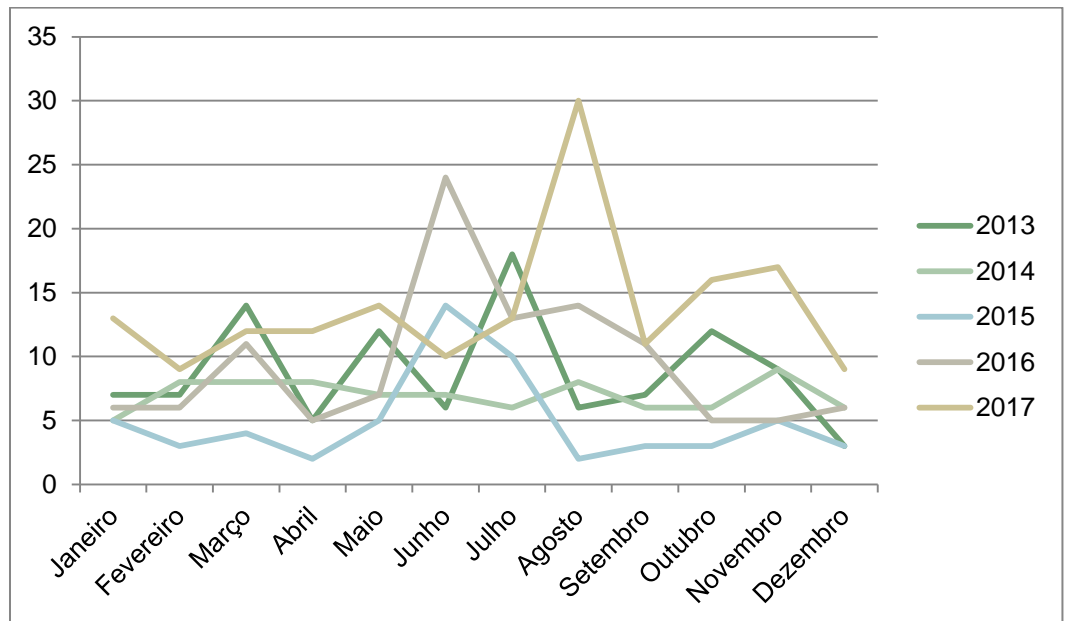


Gráfico 12 - Quantidade de Manifestações Mês a Mês

A média de solicitações foi de 14 em 2017 enquanto 2016 foi de 9 e 5 em 2015.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Média	8	7	5	9	14

Tabela 4 - Média de Solicitações por Mês ao Longo dos Anos

Nota-se que o ano de 2017 é o que teve maior demanda por informações administrativas, o que pode significar que há uma maior preocupação da sociedade em saber quais são os gastos públicos legislativos municipais, tanto com suas atividades quanto com seus funcionários.

Competência	Ano				
	2013	2014	2015	2016	2017
Atividade Legislativa	63%	53%	60%	65%	51%
Atividade Administrativa	37%	47%	40%	35%	49%

Tabela 5 - Competência das Manifestações ao Longo dos Anos

Flávia Benedictini Sanches

Ouvidora do Parlamento

São Paulo, 08 de janeiro de 2018

Lei de Acesso a Informação (LAI)

Sancionada em novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga Municípios, Estados e União a tornarem público seus dados, admitindo o sigilo apenas como exceção. Com isso, ficou estabelecido que os órgãos públicos dos Três Poderes e das diferentes esferas governamentais, assim como órgãos da administração indireta e organizações que recebam verbas públicas, têm a obrigação de divulgar integralmente as informações de interesse público pela internet, cumprindo o princípio da transparência ativa.

Ao mesmo tempo em que prevê que os gestores publiquem seus dados de forma a facilitar o acesso a tais informações por parte da sociedade civil, a LAI criou mecanismos de transparência passiva, facultando a todo cidadão a solicitação de dados adicionais. Nesses casos, o prazo máximo estipulado pela LAI para que o cidadão obtenha a resposta desejada – ou para que o mesmo seja instruído a respeito da forma como poderá obtê-la – é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. A Lei garante ainda ao cidadão recursos em 1ª e 2ª instância.

A Câmara Municipal de São Paulo é pioneira entre as Casas Legislativas do País na implementação de uma política de transparência. O Portal da Transparência do Legislativo paulistano oferece amplo acesso a documentos sobre contratos, despesas e atividades parlamentares, assim como a possibilidade de os cidadãos requisitarem informações adicionais que não estejam sob sigilo.

Dessa forma, o interessado pode solicitar ao Parlamento toda informação que esteja sujeita a publicidade como: informações produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas; informações produzidas ou mantidas por pessoas físicas ou privadas que possuam vínculos com órgãos e entidades públicas; informações sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive suas políticas

organizacionais e serviços; informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos; informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

O Ato Legislativo nº 1.156/11 da mesa da CMSP dispõe sobre os padrões técnicos do formato aberto em que os dados devem ser entregues, segundo as definições adotadas pela Open Knowledge Foundation e pelo Consórcio W3C (World Wide Web Consortium, fundado por Tim Bernes Lee em 1994, que desenvolve recomendações para a produção de informação via web), instituições que são referências internacionais em dados abertos.

Transparência Pública

Falar de dados abertos tem se tornado cada vez mais comum no que tange à promoção da transparência pública, seja ela passiva ou ativa, pois para que haja a efetivação do controle social é preciso que se divulguem as formas pelas quais a sociedade pode exercer tal controle. Ter acesso à informação é, assim, uma das condições básicas para se exercer o controle social. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Sendo assim, o Programa de Dados Abertos, instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da CMSP vem ao encontro da implementação da LAI ao determinar que os dados apareçam de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, além de estipular formatos abertos e que facilitem a análise. Os metadados (úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados) também devem estar disponíveis, assumindo, assim, a CMSP a responsabilidade de garantir o princípio da publicidade das informações de interesse público, entregando aos cidadãos dados em formatos abertos.

Ouvidoria do Parlamento e a LAI

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu, por meio da Lei 15.507/11, a Ouvidoria do Parlamento, com a missão de ser o canal de comunicação permanente e universal entre o cidadão e a Casa. Colocada a serviço do interesse público, a Ouvidoria colabora para a transparência das ações e para a formação de uma cultura que respeite os Direitos Humanos, promova a Cidadania e a Democracia.

Por meio da Ouvidoria as pessoas podem se manifestar, ajudando a manter o que está dando certo e sugestionando o que pode ser melhorado e aprimorado. Dessa forma, a Ouvidoria foi escolhida pela Casa para gerenciar o SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a qualquer interessado o acesso às informações, conforme o Artigo 5º do Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13 da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

Consequentemente, em conformidade com o § 1º e § 2º do Artigo 30 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, fica à disposição da sociedade a consulta pública dos dados na sede do Legislativo paulistano por meio da Ouvidoria do Parlamento.

Modalidades de Atendimento

A modalidade **Atendimento ao Cidadão** pode ser caracterizada como de “acolhida” aos cidadãos. Estando a Ouvidoria do Parlamento dentro de uma casa pública ela recebe, por vezes, pessoas com demandas divergentes das que integram seu núcleo original de competências. Mantemos, porém, a convicção de que devemos fornecer o máximo possível de informação também nesses casos. Ou seja, realiza-se também pela Ouvidoria do Parlamento o atendimento primário de pessoas que procuram outras casas de interesse público como a Prefeitura e suas Secretarias. Muitos estão à procura de atendimento da assistência social, atendimento psicológico, ou informações de procedimentos diversos como, por exemplo, atendimentos jurídicos, cabendo-nos fornecer a essas pessoas as informações para que se dirijam aos locais mais apropriados para o atendimento demandado. Contamos também com a sala da 3ª Idade, provendo um atendimento humanizado para as pessoas que muitas vezes procuram a Casa com demandas delicadas, que necessitam de atenção diferenciada.

O **Atendimento da Ouvidoria** é a modalidade de atendimento que caracterizamos como própria dos serviços típicos de uma Ouvidoria: receber e dar curso às denúncias, críticas, elogios e solicitações relativos às atividades da Câmara Municipal de São Paulo, assim como das pessoas que nela trabalham, bem como fornecer aos cidadãos as informações da Casa como localização de gabinetes, vereadores, lideranças, horários de reuniões e Comissões e demais eventos. Por meio do quadro abaixo é possível visualizar as modalidades de diferentes tipos que a Ouvidoria desta Casa provê:

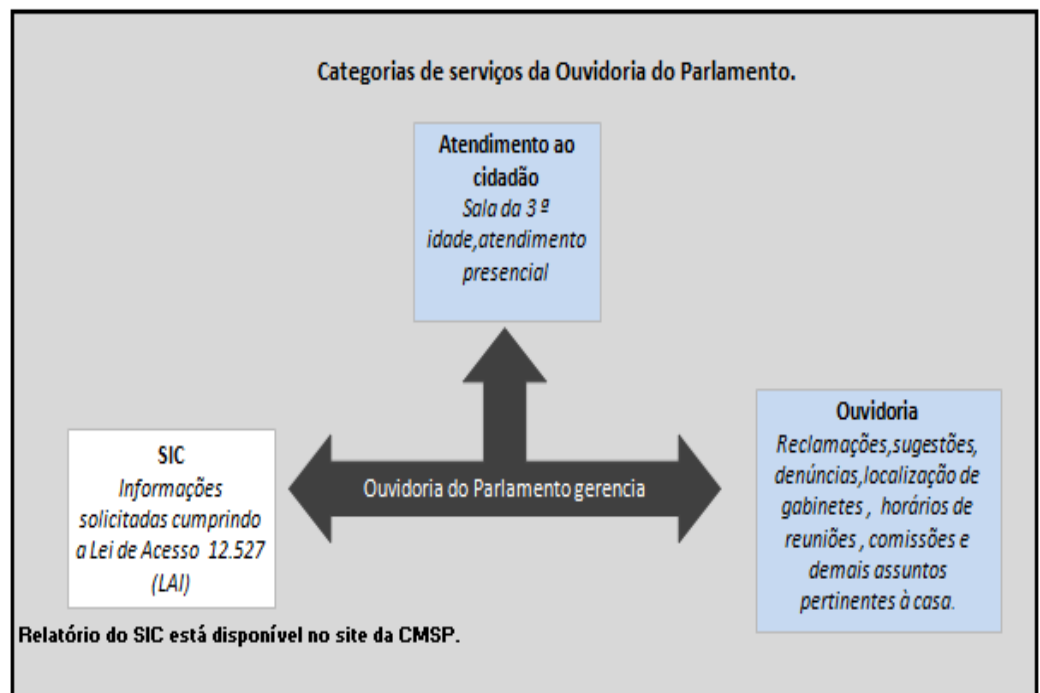


Imagem 1 – Serviços da Ouvidoria

Canais de Atendimento da Ouvidoria

A Ouvidoria do Parlamento possui diferentes canais para o atendimento das demandas dos munícipes: presencial, eletrônico (e-mails, formulários disponíveis no site e rede social), telefônico e correspondência (carta).

O atendimento **PRESENCIAL** é realizado no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900 - 1º Subsolo, sala 29. Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 9 às 18 horas.

E-MAIL: ouvidoria@camara.sp.gov.br.

FACEBOOK:

<https://www.facebook.com/camaraSaoPaulo/app/206429986046631/>.

FORMULÁRIO DO PORTAL da CMSP: <http://www.camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria/>.

TELEFONE: 0800-322-62-72 (ligação gratuita). Horário de Funcionamento: segunda a sexta, das 8 às 19 horas.

CORRESPONDÊNCIA: carta endereçada à Câmara Municipal de São Paulo, a/c Ouvidoria do Parlamento: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900.

WHATSAPP: (11) 94153-3277

